

Fontana diz que luta, agora, é pela “Reforma possível”

Expectativa. Deputado federal do PT esteve em Montenegro ontem, palestrando aos componentes da Câmara Mirim

■ Márcio Reinheimer
marcio@jornalibia.com.br

Aquele projeto de Reforma Política defendido por mais de 100 entidades desde 2013 dificilmente vai se tornar realidade no curto e médio prazos. A maneira como as discussões e as votações estão sendo conduzidas no Congresso Nacional desanima os parlamentares que lutam por uma modificação profunda no processo eleitoral. Um deles é o deputado federal gaúcho Henrique Fontana, do PT, para quem, agora, a luta é pela “Reforma possível”.

Ontem pela manhã, o parlamentar esteve na cidade e palestrou na abertura dos trabalhos do projeto Câmara Mirim. Depois, visitou o Hospital Montenegro e almoçou com amigos e simpatizantes. Na sede do Legislativo, Fontana fez uma defesa veemente da política, lembrando que os casos de corrupção não devem inibir as pessoas honestas de interessarem na vida pública. “Como em qualquer atividade, na

Política, existe gente séria e também pessoas desonestas. Só a participação da sociedade é capaz de reduzir a presença desse segundo grupo”, pregou. Para aqueles que dizem não gostar da Política, o deputado citou o texto “O analfabeto político”, do dramaturgo alemão Berthold Brecht. “As pessoas não se dão conta de que tudo é decidido no âmbito da política”, alertou.

Fontana também lembrou que sua atuação no Congresso Nacional tem como foco o fortalecimento da Saúde e da Educação. Os dois setores, segundo ele, devem ser públicos para que todos tenham as mesmas oportunidades. “Se a saúde não fosse pública, somente o rico teria acesso, por exemplo, a um transplante de coração”, ilustrou.

O parlamentar elogiou o projeto Câmara Mirim, como uma forma de despertar nos jovens o interesse pela Política. O trabalho é coordenado pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, presidida pelo vereador Marcos Gehlen (PT).



DEPUTADO federal Henrique Fontana, do PT, acredita que a Reforma Política ficará bem distante daquilo que foi proposto pela sociedade brasileira

Recursos para a Saúde e a crise na economia do país

1 **Construção da Upa** – Apesar das críticas de muitos prefeitos, de que a União não está repassando a sua parte no custeio, Fontana defende a construção de novas UPAs (Unidades de Pronto-Atendimento) nos municípios, incluindo Montenegro. Segundo ele, os problemas são eventuais, localizados e temporários. Ele garante que os repasses são mantidos em dia, mas ao invés de 50%, a União estaria contribuindo com 40%, um pouco menos. “Há defasagem, mas não ausência do governo federal. No ajuste fiscal, não há hipótese de prejuízo ao custeio da saúde”, assegura.

2 **Crise econômica** – Fontana admite que, de fato, a economia está em crise, mas observa que a situação não é tão ruim quanto muitos dizem. Para ilustrar, lembra que o desemprego hoje é de 8%, mas na Espanha está em 25%. “Estamos muito melhores do que outros países”, compara. Ele resalta que o ajuste fiscal não tem o objetivo de reduzir serviços públicos. “O que deve ocorrer é um alongamento na execução de algumas obras. O que levaria um ano para fazer, talvez agora leve dois. Também pode ocorrer o adiamento do início de outras obras. E em alguns programas, como o Minha Casa, Minha Vida, ocorrerá uma queda de ritmo. Ao

invés de o governo entregar 100 mil moradias por mês, vai reduzir para 70 mil ou 60 mil.”

“As campanhas políticas precisam ficar mais baratas”

O deputado federal Henrique Fontana, um dos principais articuladores do Palácio do Planalto no Congresso Nacional, não tem ilusões quanto à Reforma Política. Pela maneira como o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, está encaminhando as discussões e as votações, acredita que o resultado ficará muito aquém do reclamado pela sociedade. Neste contexto, ele já começa a falar da “Reforma possível” e aponta dois itens como primordiais: acabar com o financiamento das campanhas eleitorais por empresas e eliminar a reeleição para os cargos do Executivo (prefeito, governador e presidente da República).

“Estamos sendo muito mal presididos”, lamenta Fontana, em referência ao estilo autoritário e arrogante do presidente Eduardo Cunha. Numa das primeiras votações do projeto, justamente o item que previa o fim da participação das empresas, como a matéria

foi aprovada, o presidente da Câmara usou de uma artimanha para levar o texto à apreciação novamente, desta vez, obtendo a manutenção do sistema atual. “Ele rasgou a Constituição, pois um projeto não pode ser votado duas vezes no mesmo ano. Para driblar a regra, mudou apenas uma palavra na redação”, denuncia.

Fontana é autor, junto com outros colegas, de um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para anular a segunda votação. Caso não tenham êxito, lembra que haverá votação em segundo turno dentro de duas semanas. “Vamos continuar lutando para manter a redação inicial”, afirma.

Além do presidente, o deputado diz que existem outros obstáculos. “Parece haver um grupo de parlamentares que não deseja fazer grandes mudanças porque o sistema que aí está garante que se mantenham no poder”, lamenta.

O deputado gaúcho resalta que o financiamento privado das campanhas eleitorais está na raiz da maioria dos escândalos de corrupção registrados no Brasil. “Ninguém vai me convencer que uma empresa como a Friboi, por exemplo, colocou mais de R\$ 300 milhões na última campanha por amor à Democracia”, acusa. Segundo Fontana, os grandes financiadores buscam o retorno por meio de vantagens em licitações e outros métodos ilícitos.

E na hipótese do financiamento privado acabar, como os candidatos e os partidos vão bancar a busca por votos? Fontana acredita que as campanhas podem e devem ser mais baratas, baseadas na história dos políticos e em suas propostas. Além disso, o projeto em análise no Congresso vai permitir as doações por pessoas físicas, até o limite de R\$ 700,00. O parlamentar acredita que, desta forma, será mais fácil fiscalizar a ocorrência do

chamado Caixa 2. “Ao proibir empresas de financiar, vamos diminuir este problema. Além disso, os candidatos e as empresas estarão sujeitos a um conjunto de penas. A Lei Anticorrupção, que está na fila para ser votada, criminaliza o caixa 2. Mais de 40 países já adotaram esta regra”, aponta.

Caso a Reforma Política não ocorra como a sociedade deseja, o deputado defende uma espécie de Plano B: a convocação de uma Constituinte exclusiva. “Elege-se um conjunto de pessoas para um mandato de até dois anos só para votar o sistema político e estes eleitos ficariam proibidos de concorrer pelos próximos quatro anos”, define. Porém, Fontana segue apostando no processo que está em andamento. “Se sairmos disso com o fim da reeleição e a proibição do financiamento privado, com teto para gastos de pessoas físicas e um limite de gastos com campanha, já será uma grande transformação.”

Câmara Mirim elege mesa



MESA diretora foi eleita e tomou posse durante a sessão desta segunda

A Câmara de Vereadores Mirim realizou sua primeira sessão ordinária de 2015 na manhã desta segunda-feira (8). A reunião iniciou com a eleição da mesa diretora, para a qual foram inscritas duas chapas. Para a presidência, foi escolhida a estudante Júlia Lopes, que terá como vice Tailla Andressa Boisch. O secretário será Miguel da Rosa dos Santos. Em seguida, ocorreu o juramento de posse.

Conforme consta no programa, na primeira parte da sessão, tradicionalmente é apresentada uma palestra.

O primeiro convidado de 2015 foi o deputado federal Henrique Fontana (PT), falando sobre “O Poder Legislativo e a Reforma Política”.

Já no espaço destinado aos oradores, boa parte dos vereadores mirins foi à tribuna para agradecer o apoio recebido dos colegas, familiares e escolas durante a eleição. A próxima sessão ordinária da Câmara Mirim será no dia 13 de julho, às 14h30min, tendo como tema a manutenção da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs).